

Concessionária Transolímpica S.A.

Demonstrações Financeiras de 20 de Abril de 2012 (Data de Constituição) a 31 de Dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades para o período de 20 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária Transolímpica S.A. (“CTO”), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

Planejamento empresarial

A CTO foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura de Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias do corredor expresso Transolímpica, ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, o qual faz parte do caderno de obrigações para os Jogos Olímpicos de 2016.

Os investimentos sob responsabilidade da CTO compreendem a implantação de via urbana com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1.5 km em túneis a construir, composta por três faixas de rolamento em cada sentido: uma exclusiva para o sistema de ônibus BRT e as outras duas para os demais veículos. O Contrato de Concessão prevê a implantação da via no prazo de quatro anos a partir de sua assinatura.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Transolímpica, a CTO assinou Contrato de Construção na modalidade de EPC (*Engineering, Procurement and Construction Contracts*) com o Consórcio Construtor TransOlímpica o qual é formado pelas seguintes empresas: Construtora OAS Ltda., Construtora Norberto Odebrecht e a Construtora Andrade Gutierrez S.A.

A ligação consistirá em uma via urbana expressa com praça de pedágio, sete acessos de entrada e saídas somente após a passagem pela praça de pedágio. A via não apresenta rotas alternativas que possibilitem a evasão de veículos sem a cobrança de pedágio. Caso novos acessos sejam estabelecidos ao longo do contrato de concessão, há previsão de implantação de cabines de bloqueio como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Para a viabilização das obras de implantação da Transolímpica, há previsão no Contrato de Concessão de repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à CTO (“Subsídio”), autorizado por lei municipal. O Subsídio será de, inicialmente, R\$1.072.491.742,55, corrigido anualmente pelo IPCA-E, e pago mensalmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 48 parcelas, de acordo com o cronograma estabelecido em Edital.

Receita e mercado

A CTO encontra-se em fase de desenvolvimento do ativo objeto do Contrato de Concessão, momento no qual está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital através da contratação de empréstimos financeiros (de curto e longo prazo) como forma de financiar a construção do ativo objeto do contrato de concessão.

Investimentos

No acumulado, desde o início da Concessão até o final do período de 2012, os investimentos perfazem o montante de R\$54,5 milhões, sendo R\$40 milhões com recursos próprios e R\$14,5 milhões com recursos oriundos do subsídio contratual em moeda de dezembro de 2012. Deste total, R\$24,3 milhões correspondem a adiantamento ao consórcio construtor e os demais a mobilização inicial e ao desenvolvimento do projeto executivo.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da CTO, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada Exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2012 não foi realizada distribuição de dividendos.

Recursos humanos

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2012 foi de 11. Neste ano, a CTO investiu na mobilização das áreas financeira, engenharia e responsabilidade social.

Responsabilidade social

Com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região próxima ao Corredor Expresso Transolímpica, a empresa desenvolveu um estudo onde mapeou os projetos sociais existentes na região e elencou os principais programas que serão desenvolvidos pela CTO.

- i. Programa de formação de mão de obra;
- ii. Programa comunicação social e segurança no perímetro de obras;
- iii. Elaboração e manutenção de banco de dados sobre geração de emprego;
- iv. Programa de gestão de resíduos.

Dentre os programas elencados, destaca-se o projeto de formação de mão de obra. A CTO irá priorizar a contratação de mão de obra local, além do uso dos serviços, comércio e insumos locais. Será realizado esforço de capacitação de profissionais da região com o objetivo de melhorar a renda e educação da região, promovendo um círculo virtuoso de desenvolvimento.

Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Agradecimentos

A Concessionária Transolímpica S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2012.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2013

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária Transolímpica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Transolímpica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2012, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Transolímpica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, e o seus fluxos de caixa, para o período de 20 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carneiro
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6 "S" RJ

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.782	Fornecedores		41
Impostos a recuperar		7	Impostos e contribuições a recolher	5	11
Despesas antecipadas		291	Obrigações sociais e trabalhistas		78
Adiantamento a fornecedores		164	Contas a pagar partes relacionadas	7	12.037
Adiantamento partes relacionadas	7	<u>14.584</u>	Obrigações com poder concedente	6	<u>57.435</u>
Total do ativo circulante		19.828	Total do passivo circulante		69.602
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Realizável a longo prazo			Capital social subscrito	10	67.770
Impostos diferidos	5	1.189	(-) Capital social a integralizar	10	(18.500)
Adiantamento partes relacionadas	7	<u>54.887</u>	Prejuízo acumulado		<u>(2.276)</u>
		56.076	Total do patrimônio líquido		46.994
Imobilizado	8	650			
Intangível	9	<u>40.042</u>			
Total do ativo não circulante		96.768			
TOTAL DO ATIVO		<u><u>116.596</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>116.596</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 20 DE ABRIL DE 2012 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2012</u>
RECEITA LÍQUIDA DE CONSTRUÇÃO		30.462
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo de construção		(30.462)
Custo com pessoal		(23)
Outros		<u>(359)</u>
		(30.844)
LUCRO BRUTO		(382)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(3.118)</u>
		(3.118)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		(3.500)
Despesas financeiras		(12)
Receitas financeiras		<u>58</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.454)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	5	(11)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	5	<u>1.189</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(2.276)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído		(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 20 DE ABRIL DE 2012 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2012</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.276)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(2.276)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 20 DE ABRIL DE 2012 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Capital social</u>		<u>Reserva de lucro</u>	<u>Total</u>
		<u>Capital social</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	
SALDO INICIAL DA CONSTITUIÇÃO		12.000	-	-	12.000
Capital social	10	55.770	(18.500)	-	37.270
Prejuízo do período	10	-	-	(2.276)	(2.276)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>67.770</u>	<u>(18.500)</u>	<u>(2.276)</u>	<u>46.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 20 DE ABRIL DE 2012 (DATA DE CONSTITUIÇÃO)
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período		(2.276)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	(1.189)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) dos ativos		
Impostos a recuperar		(7)
Despesas antecipadas		(291)
Outras contas a receber		(70.246)
Aumento dos passivos		
Fornecedores		41
Contas a pagar - Partes relacionadas	7	12.648
Obrigações sociais e trabalhistas		78
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social		3
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		<u>8</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(61.231)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	8	(650)
Adição ao ativo intangível	9	<u>(40.042)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(40.692)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital		49.270
Obrigações com o poder concedente	6	<u>57.435</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		106.705
		<u>4.782</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período		-
No final do período		<u>4.782</u>
		<u>4.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA TRANSOLÍMPICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 20 DE ABRIL DE 2012

(DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Transolímpica S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil situada na Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 2, sala 107, constituída em 20 de abril de 2012, que iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um sistema rodoviário, composto pelo trecho a ser construído ligando a Avenida Brasil, no seu entroncamento com a Avenida da Equitação, em Magalhães Bastos, e se estendendo até a Estrada dos Bandeirantes, o seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos, benfeitorias e ampliações a serem nele efetuadas. Realizados os investimentos, a Administração estima que o início de sua operação ocorra em 2016.

O contrato de concessão prevê o pagamento do ativo financeiro pelo Poder Concedente para à Concessionária, valores estes despendidos para a realização das obras de implantação da Ligação Transolímpica.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio serão reajustadas anualmente, tendo por base a variação anual do IPCA-E, sendo que o primeiro reajuste anual previsto ocorrerá no dia 1º de janeiro de 2012, incorporando a variação do IPCA-E no período entre 1º de janeiro de 2011 e o mês anterior à data do reajuste. A data do primeiro reajuste da Tarifa de Pedágio será considerada como data-base para efeito dos reajustes seguintes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 14 de fevereiro de 2013 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas pela Administração da Companhia no encerramento de cada relatório, sendo as alterações reconhecidas no período no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas e/ou que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas basicamente na nota 5b "Impostos diferidos".

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia deverá efetuar análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou como ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para o período apresentado nesta demonstração financeira, decorrentes das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o método de evolução financeira das obras.

c) Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhecerá os empréstimos e recebíveis na data em que forem originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) serão reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornará uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros serão compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tenha intenção de em uma base líquida, de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos e passivos financeiros não derivativos conforme informados na nota 11.

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção do bem, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, o custos de materiais, incluindo de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar.

Depreciação

A depreciação quando incorrida será computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período ou exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos arrendados são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

f) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem basicamente taxas, comissões e outros.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período ou do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

h) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para construir e posteriormente operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício em que se inicia a operação, de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia.

i) Novas normas, alterações interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram também adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os períodos; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Durante o período de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor em 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas quanto à aplicação dos pronunciamentos e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (c)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (a)
IFRS 11	Negócios em Conjunto (a)
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades (a)
IFRS 13	Mensuração do valor justo (a)
Modificações à IFRS 7	Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (a)
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória do IFRS 9 e Divulgações de Transição (c)
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (a)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a empregados (a)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações financeiras separadas (a)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (a)
Modificações à IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros (b)
Modificações às IFRSs	Ciclo de melhorias anuais aos 2009-2011
IFRIC 20	Custo de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (a)

- a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 97% do CDI, equivalente a 8,11% ao ano.

	<u>2012</u>
Caixa e bancos	82
Aplicações financeiras	<u>4.700</u>
	<u>4.782</u>

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.454)
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>1.174</u>
	<u>1.174</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Outros ajustes tributários	<u>4</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social	<u>1.178</u>
Impostos correntes	(11)
Impostos diferidos	1.189
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$1.189, referem-se as despesas pré-operacionais da concessão conforme Lei nº 11.941/09.

6. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

Abaixo demonstramos o montante recebido do poder concedente referente às antecipações de obras a executar, já deduzido das obras realizadas até dezembro de 2012 e qualificadas como ativo financeiro.

	2012		
	Recebido do poder concedente	Ativo financeiro realizado	Saldo a executar
Passivo circulante	<u>71.896</u>	<u>(14.461)</u>	<u>57.435</u>

7. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora e outras partes relacionadas.

	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
	Despesas	Adiantamento	Contas a pagar
Circulante			
Companhia de Participações em Concessões - CPC (b)	474	-	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA (b)	604	-	-
Concessionária Bahia Norte (b)	7	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (b)	341	-	-
Odebrecht Transport Participações S.A. (b)	1.040	-	-
Consórcio Construtor Transolímpica (a) (c)	-	14.584	12.037
Total circulante	<u>2.466</u>	<u>14.584</u>	<u>12.037</u>
Não circulante			
Consórcio Construtor Transolímpica (a)	-	54.887	-
Total não circulante	<u>-</u>	<u>84.055</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a adiantamento relativo a obras a serem executadas pelo consórcio que será realizado a razão de 5% das obras a serem executadas pelo consórcio construtor ;

(b) Refere-se a repasse de encargos de folha de pagamento decorrentes de transferência de colaboradores;

(c) Refere-se ao saldo a pagar ao consórcio por obras executadas.

8. ATIVO IMOBILIZADO

	<u>2012</u>
Imobilizações em andamento	<u>650</u>
	<u>650</u>

9. ATIVO INTANGÍVEL

	<u>2012</u>
Direito de exploração da infraestrutura	
Obras em andamento	15.985
Adiantamento a fornecedores	<u>24.057</u>
	<u>40.042</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado na constituição da companhia foi de 12.000.000 ações ordinárias no valor de R\$1,00 cada.

Em 22 de outubro 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$29.770, passando o mesmo para R\$41.770, sendo R\$34.370 totalmente integralizados e R\$7.400 a integralizar até 30 de abril de 2013.

Em 14 de dezembro de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$26.000, passando o mesmo para R\$67.770, sendo R\$49.270 totalmente integralizados e R\$18.500 a integralizar até 30 de junho de 2013. As ações foram assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Ações integralizadas</u>	<u>Ações a integralizar</u>
Investimentos e Participações em			
Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	16.426	6.168
Odebrecht Transport Participações S.A.	33,33%	16.422	6.166
CCR S.A.	33,33%	<u>16.422</u>	<u>6.166</u>
Total		<u>49.270</u>	<u>18.500</u>

Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a destinação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2012		
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Aplicações financeiras	4.700	-	4.700
Fornecedores	-	(41)	(41)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(12.037)	(12.037)
	<u>4.700</u>	<u>(12.078)</u>	<u>(7.378)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

12. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia - R\$10.000;
- Despesas Extraordinárias - R\$1.000;
- Responsabilidade Civil - R\$50.000;

13. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção de Ligação Transolímpica, estimados em 31 de dezembro de 2012, conforme quadro abaixo:

Total do compromisso	1.684.402
Parcela subsidiada	(1.164.190)
Investimentos realizados	<u>(39.289)</u>
Compromisso líquido da concessionária	<u>480.923</u>

Estes investimentos, destinados à construção da infraestrutura, serão reconhecidos como ativo intangível da Concessionária à medida que a Companhia tem o direito de cobrar tarifa de pedágio pela prestação de serviço.

14. DESPESAS POR NATUREZA

<u>Despesas administrativas</u>	<u>2012</u>
Serviços de terceiros	930
Despesa com pessoal	1.734
Materiais equipamentos e veículos	37
Despesas de aluguel	136
Outros	<u>281</u>
	<u>3.118</u>
